



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS I**

**CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

**DEPARTAMENTO DE MATEMÁTICA**

**CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

**RAUL DANTAS SILVA**

**DA REVOLTA DE QUEBRA-QUILOS AO USO DE MEDIDAS NÃO  
PADRONIZADAS EM UMA MERCEARIA DO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2022**

**RAUL DANTAS SILVA**

**DA REVOLTA DE QUEBRA-QUILOS AO USO DE MEDIDAS NÃO  
PADRONIZADAS EM UMA MERCEARIA DO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologia da  
Universidade Estadual da Paraíba como requisito para a  
obtenção do título de Licenciado em Matemática.

**Área de concentração:** História da Matemática

**Orientador:** Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

5586r Silva, Raul Dantas.

Da revolta de quebra-quilos ao uso de medidas não padronizadas em uma mercearia do município de Arcozelo-PB [manuscrito] / Raul Dantas Silva. - 2022.

29 p. : il. colorida.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida, Departamento de Matemática - CCT."

1. Medidas não convencionais. 2. Revolta de quebra-quilos. 3. Sistema de pesos e medidas. 4. Sistema métrico decimal. I. Título

21. ed. CDD 389.16

**RAUL DANTAS SILVA**

**DA REVOLTA DE QUEBRA-QUILOS AO USO DE MEDIDAS NÃO  
PADRONIZADAS EM UMA MERCEARIA DO MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação  
apresentado ao Centro de Ciências e Tecnologia da  
Universidade Estadual da Paraíba como requisito para a  
obtenção do título de Licenciado em Matemática.

**Área de concentração:** História da Matemática

**Orientador:** Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida

**Aprovado em 13 de abril de 2022**

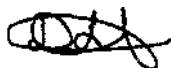
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José Lamartine da Costa Barbosa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª M.ª Denise Aparecida Enes Ribeiro  
Universidade Regional do Cariri (URCA)

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por todos os livramentos e por me dar força e coragem para nunca desistir de meus sonhos.

A minha esposa, Wanessa Rayanne, por toda ajuda e companheirismo, principalmente nessa reta final de curso.

Aos meus pais, Reginaldo Mariano e Josefa Dantas, por todos os ensinamentos, por serem exemplos de vida para mim e por todo o apoio necessário em mais essa conquista.

Aos meus irmãos, Renato, Rafaela, Rosane e Rayssa, por toda ajuda necessária e por serem os melhores irmãos do mundo.

E para a mais nova integrante da família, minha sobrinha/afilhada, Alice, que veio para encher, ainda mais, nossas vidas com amor e carinho.

De maneira geral, a todos que fazem/fizeram parte da Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, pois sem, não teria chegado até aqui. Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. José Joelson Pimentel de Almeida, por todo apoio. Bem como, aos Professores que aceitaram o convite para fazer parte da banca examinadora, orientando e contribuindo de forma significativa nesta pesquisa, Prof. Dr. José Lamartine da Costa Barbosa e Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Denise Aparecida Enes Ribeiro.

## RESUMO

SILVA, Raul Dantas. **Da Revolta De Quebra-Quilos Ao Uso De Medidas Não Padronizadas Em Uma Merceria Do Município De Aroeiras – PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Matemática) – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande, 31f, 2022.

O movimento político, social e cultural que ocorreu nos estados da Paraíba e Pernambuco e se alastrou para quase todo o Nordeste nos anos de 1874 e 1875, chegando a Minas Gerais em 1876, denominou-se como A Revolta do Quebra-Quilos. Teve repercussão no Período Imperial com a implantação do Sistema Métrico Decimal que substituiu o sistema tradicional de pesos e medidas. Contudo, nossa pesquisa se delimita no Estado da Paraíba, tendo como objeto de estudo uma mercearia localizada no interior paraibano, no sítio Barra de João Leite, zona rural da cidade de Aroeiras. Sendo assim, objetivamos compreender o processo histórico, político, social e cultural que provocou o movimento Revolta de Quebra-Quilos no Estado da Paraíba, bem como para o uso do Sistema de Medidas Padronizado e não Padronizado, relacionando este movimento com a matemática básica. Para isso, questionamos até onde a adoção do Sistema de Medidas Padronizado influenciou para A Revolta de Quebra-Quilos. Diante disso, tivemos contribuições teóricas advindas de autores, como: Lima (2006), Secreto (2011), Rozenberg (2006), Maior (1978) e Sá (2009).

**Palavras-chave:** Medidas não convencionais. Revolta de quebra-quilos. Sistema de pesos e medidas. Sistema métrico decimal.

## ABSTRAC

SILVA, Raul Dantas. **From the Quira-Quilos Revolt to the Use of Non-Standardized Measures in a Grocery Store in the Municipality of Aroeiras – PB.** Completion of course work (Degree in Mathematics) – State University of Paraíba – UEPB, Campina Grande, 31f, 2022.

The political, social and cultural movement that took place in the states of Paraíba and Pernambuco and spread to almost the entire Northeast in 1874 and 1875, reaching Minas Gerais in 1876, was called A Revolta do Quebra-Quilos. It had repercussions in the Imperial Period with the implementation of the Decimal Metric System that replaced the traditional system of weights and measures. However, our research is limited to the State of Paraíba, having as object of study a grocery store located in the interior of Paraíba, in the Barra de João Leite site, rural area of the city of Aroeiras. Therefore, we aim to understand the historical, political, social and cultural process that provoked the Revolta de Quebra-Quilos movement in the State of Paraíba, as well as the use of the Standardized and Non-Standardized Measurement System, relating this movement to basic mathematics. For this, we question to what extent the adoption of the Standardized Measurement System influenced A Revolta de Quebra-Quilos. Therefore, we had theoretical contributions from authors such as: Lima (2006), Secreto (2011), Rozenberg (2006), Maior (1978) and Sá (2009).

**Keywords:** Unconventional measures. Revolt of quebra-quilos. Weights and measures system. Decimal metric system.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Concha e grãos de feijão .....	24
<b>Figura 2:</b> Sacos de milho e xerém .....	24
<b>Figura 3:</b> Braça .....	25
<b>Figura 4:</b> Rolos de corda expostos no comércio .....	25
<b>Figura 5:</b> Mercadinho de Cominho .....	26



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2. A Revolta de Quebra-Quilos .....</b>	<b>10</b>
2.1. Contexto Histórico .....	10
2.2. Quebra-Quilos na Paraíba .....	12
2.3. A Repressão .....	17
<b>3. Busca por uma Padronização e de sistemas de medidas .....</b>	<b>19</b>
<b>4. Outras padronizações .....</b>	<b>23</b>
<b>5. Considerações Finais .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## **CAPÍTULO 1**

### **INTRODUÇÃO**

Acontecido em 1874 e que apresenta diversas hipóteses, tais como a oposição ao novo Sistema Métrico Francês que estava surgindo como forma de medição universal, a Revolta de Quebra-Quilos foi um dos movimentos mais conhecidos, no qual se contestavam as mudanças inseridas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema internacional, recém chegadas no território brasileiro. A compreensão dos motivos que contribuíram para conseguir o padrão de medição que é utilizado atualmente em nossa sociedade e as consequências suportadas para que esse padrão fosse adotado, se constrói a partir do conhecimento do processo histórico e da relevância do movimento de Quebra-Quilos em contexto econômico, político e social.

Cada povo tinha sua própria representação de medir e pesar, como aponta Rozenberg (2006). Partindo desse fato, tornou-se necessário o estabelecimento de um modelo universal de medidas, a partir da chegada das ciências fiscais e da comercialização. Esta uniformização, devido ao contexto histórico da vida sofrida do povo nordestino, não foi aceita nem vista com bons olhos, já que as Leis estabelecidas pelo governo Imperial estavam apenas voltadas para as elites e, conseqüentemente, para insegurança dos mais humildes.

Ultrapassar uma medida cultural e habitualmente usada para um modo de medição universalmente padronizado, deixa de lado a naturalidade da ação ou efeito de medir, abrindo espaço para a desconfiança, injustiça, enriquecimento, exploração e ocasionando transformações no modo como os indivíduos vivem. O descontentamento da população diante as novas normas e as mudanças impostas era nítido, e muitos fatores contribuíram para isso, como, por exemplo, a cobrança de taxas para o aluguel e aferição dos novos padrões do sistema métrico (balanças, pesos e vasilha de medidas). Outro motivo que contribuiu para esse descontentamento foi a criação do chamado "imposto do chão", onde cada feirante que expunha no chão da feira seus produtos que iriam comercializar, deveria pagar uma taxa.

A partir do objetivo de relacionar a Revolta de Quebra-Quilos com a matemática básica, pretende-se refletir acerca de até onde esta revolta motivou início do uso do Sistema de Medidas Padronizado. Para isso, objetivou-se apreender o contexto histórico, cultural, político e social que provocou este movimento, inicialmente, no interior do Nordeste.

Acerca disso, iremos realizar uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, ou seja, aquela que tem como principal foco entender, descrever e, às vezes, esclarecer os fenômenos sociais e culturais de grupos sociais e/ou indivíduos, conforme Godoy (1995) aponta “o

pesquisador vai a campo objetivando captar o fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas”.

Em nossa pesquisa, iremos focar na compreensão da cultura de uma comunidade. Para tanto, tivemos como objeto de pesquisa uma mercearia localizada no interior paraibano, no sítio Barra de João Leite, zona rural da cidade de Aroeiras-PB. Assim, será analisado métodos não padronizados utilizados pelo comerciante em seu estabelecimento. Entendemos como não convencionais, tais medidas, por serem diferentes do Sistema Internacional de Medidas, mas são convencionais na comunidade onde são utilizadas. Observamos, no seu dia a dia a substituição de ferramentas formais por ferramentas não formais utilizadas para medir e pesar, tais como: balança/fita métrica por concha, *mercadinho* e braça. A partir disso, buscamos realizar comparações de diferenças e semelhanças entre os métodos formais e não formais, mostrando que, mesmo com o passar do tempo, métodos passados ainda se mantêm vigentes e eficazes em pleno século XXI.

Para subsidiar teoricamente esta análise, tivemos contribuições teóricas advindas de autores, como: Lima (2006), Secreto (2011), Rozenberg (2006), Souto Maior (1978) e Sá (2009).

Considerando o funcionamento do estabelecimento em questão, pudemos observar a habilidade e o domínio do comerciante com os métodos não padronizados de pesos e medidas. Já que estes fazem parte da sua rotina. Vale ressaltar que esse homem é semianalfabeto, o que poderia ser um obstáculo em relacionar os antigos métodos com métodos atuais.

Nossa pesquisa divide-se em quatro capítulos, contendo o introdutório. No capítulo 2, iremos discutir sobre A Revolta de Quebra-Quilos, no qual foi subdividido em três subtítulos que abordam o Contexto Histórico, A Revolta de Quebra-Quilos no Estado da Paraíba e A Repressão. Já no capítulo 3, realizaremos uma abordagem acerca da Busca por Uma Padronização ou Sistemas de Medidas. Enquanto no capítulo 4, será apresentado uma análise acerca de Outras Padronizações, mais necessariamente aquelas não padronizadas. Por fim, no capítulo 5, iremos dissertar nossas Considerações Finais, apontando contribuições da parte histórica da Matemática para a Educação Básica.

## CAPÍTULO 2

### A REVOLTA DE QUEBRA-QUILOS

Nesse Capítulo, iremos apresentar uma breve contextualização do contexto histórico da Revolta do Quebra-Quilos e como teve início na Paraíba, além de discutir como se deu a Repressão dos revoltosos diante esse movimento. Assim, discutindo o momento que o País vivenciava, motivos para o ponta pé inicial da Revolta e as consequências sofridas pela sociedade.

#### 2.1 Contexto Histórico

Quando falamos do movimento *Revolta de Quebra-Quilos*, estamos falando de uma parte da história econômica do Brasil. Esse movimento surge decorrência de um período de crises políticas e econômicas que desencadearam revoltas na sociedade, tendo seu início no interior da Paraíba e, posteriormente, ramificando-se para outros estados do Nordeste.

A *Revolta de Quebra-Quilos* tem seu ponta pé inicial durante o período Imperial na Paraíba, em 1874. Em decorrência do momento crítico que o país vivenciava nesta época devido a redução do preço dos principais produtos de exportação (algodão e açúcar), que eram a base da economia Nordeste, mas que causou grande impacto na economia brasileira, nos quais os que mais foram atingidos por essa crise financeira foram as classes menos favorecidas da sociedade.

Com a ascensão dos europeus na produção industrializada do açúcar, bem como a grande concorrência com o Estados Unidos na plantação do algodão, médios proprietários de terras do Nordeste sofreram as consequências dessa crise: a necessidade de se desfazer de grandes partes das suas propriedades. Com isso, estes médios proprietários, que tornaram-se pequenos proprietários, se viram diante de uma situação de perda de regalias devido às circunstâncias que estavam enfrentando, e utilizaram essa situação como uma arma contra os cofres públicos para lhes favorecer por meio de “medidas de incentivo à lavoura, empréstimos a juros baixos, construção de estradas e outros melhoramentos materiais e morais.” (LIMA, 2006, p. 27)

Afim de encontrar soluções para o momento de crise que o país enfrentava, o Governo Imperial começa a adotar medidas necessárias, acreditando que aumento na cobrança de impostos que já existiam poderia sanar os problemas efetivos. Durante esse contexto de incertezas, foi imposta no Brasil a Lei 1.157/1862, na qual afirma que o atual sistema de

pesos e medidas será substituído em todo o Império pelo sistema métrico francês na parte concernente às medidas lineares, de superfície, capacidade e peso.

A partir da implantação desta lei, os nordestinos, por estarem saturados e não conseguirem compreender de fato o que estava sendo proposto com o Sistema Métrico Decimal devido alta taxa de analfabetismo da população (algo característico da região nesta época), acreditam que isso seria apenas mais uma maneira do Governo para tirar proveito do povo, discordando, assim, dessa medida. Diante toda essa desconfiança popular, inicia-se um movimento que, posteriormente, torna-se conhecido como a *Revolta de Quebra-Quilos*.

Vale ressaltar que não foi apenas a implementação do Sistema Métrico Decimal que desencadeou esse movimento, mas existiram outros fatores que contribuíram com a revolta da população, tais como aponta Secreto (2011): a Lei do Recrutamento Militar, o Imposto do Chão, a situação dos escravos, questão religiosa e o Censo Demográfico do Império.

Diante as reflexões que podemos realizar acerca do movimento *Revolta de Quebra-Quilos*, podemos perceber que a Lei brasileira não foi imprudente e nem brusca, já que ela foi implantada, como relata Souto Maior (1978, p.22) de maneira “cautelosa, pois determinava que a substituição deveria ser feita gradualmente, de modo que somente em dez anos cessasse totalmente o uso legal das antigas medidas lineares.”

Em 1872, o então Ministro da Agricultura, Francisco do Rego Barros Barreto, após ouvir sugestões de Rio Branco, um professor de renome da época, publicou *instruções* para se fazer cumprir a Lei 1.157/1862:

Determinou-se, então, que, do dia 1.º de julho de 1873 em diante as mercadorias oferecidas no comércio deveriam ser medidas ou pesadas de acordo com o novo sistema de pesos e medidas. O uso do sistema antigo seria punido com prisão de cinco a dez dias ou multa de 10\$000 a 20\$000. As "instruções" de 18 de setembro de 1872 moderavam assim as sanções que na legislação determinavam penas de prisão de até um mês e multas de até 100\$000. (MAIOR, 1978, p.22).

Ainda houve terminação para que incluísse, no currículo de Matemática, como explicar o novo sistema métrico decimal, comparando com o antigo sistema adotado fazendo uso de tabelas comparativas para o melhor entendimento de todos.

Segundo Souto Maior (1978, p. 20), “O sistema métrico fora inventado pelo padre Gabriel Mouton, matemático e vigário de Saint Paul, em Lyon, no ano de 1670, porém, apesar de sua praticidade, não foi de imediato adotado na França.” Um ano depois, o também matemático Jean Picard faria algumas alterações no plano inicial, mas sua configuração geral surgiria somente após a formação de uma comissão composta por Borda,

Lagrange, Laplace, Monge, Condorcet e posteriormente por Méchain Delambre. Tornando-se oficial em 1801 no Consulado.

## 2.2 Quebra-Quilos na Paraíba

Podemos perceber que durante toda a história da humanidade houve conflitos, revoluções e guerras com a insatisfação e a luta do povo contra os impostos. Ao longo da Idade Média, há relatos de muito derramamento de sangue e perda de bens, aos mais sortudos, daqueles que foram contra as taxas cobradas.

Na França, por exemplo, há alguns exemplos de guerras e revoluções ligados a cobranças de impostos. As de maiores destaques ocorreram em La Rochelle, La Fuyenne, na qual milhares de pessoas atearam fogo nas casas de magistrados por acharem ilegal os impostos cobrados, em 1660. Já em Landes, surgia uma insurreição em posição ao imposto sobre o sal. No Brasil, antes mesmo do Quebra-Quilos, a cobrança do quinto do ouro foi mais um dos abusos do fisco.

No Quebra-quilos, Maior destaca que:

O excesso de tributos apresentar-se-á também como um aspecto importante de sua etiologia, onde aparecerá paralelamente, o curioso problema da adoção de um novo sistema de pesos e medidas, que parecia uma simples providência administrativa e se transformou no seu aspecto mais visível e do qual decorreria, por extensão, a sua própria designação. (MAIOR, 1978, p. 20).

O jornal *O Despertador*, em 7 de novembro de 1874, traria a primeira notícia da Revolta de Quebra-Quilos, registrava um “conflito” ocorrido no povoado de Fagundes, interior da Paraíba. Maior (1978, p.23) “Registrava-se apenas ter havido um ‘conflito’, na povoação de Fagundes, do termo de Campina Grande, entre o povo e a polícia, em consequência dos novos impostos lançados pela Assembleia Provincial, do qual resultaram alguns feridos.”

Após a primeira aparição do Quebra-Quilos feita pelo *O Despertador*, dizendo: “os acontecimentos de Fagundes tinham o perigoso aspecto de subversão da ordem econômica e social, e, conseqüentemente, deviam ser olhados com a cautela e a severidade que se impunham, por se tratar de uma agressão à ordem então vigente” (Maior, 1978, pg. 23), travou um duelo jornalístico com o jornal do governo, o jornal da *Parahyba* ironizou a notícia dada pelo *O Despertador*, diziam que os distúrbios de Fagundes eram "oriundos dos impostos municipais de uma comarca liberal" e o que se queria era "ferir a administração". E, em publicação intitulada “Campina Grande” diz que *O Despertador* não deveria temer a revolução nessa cidade, "pois a população de Fagundes tem se tornado remissa ao

pagamento dos impostos municipais e atribui-se a causa de semelhante impugnação à extinção do juizado desse distrito"

Chegada as notícias da euforia do Ingá, da resistência dos feirantes aborrecidos com a exigência da adoção do Sistema Métrico Francês e, principalmente, com o alto valor comprado pelo chão, o “imposto do chão” como ficou conhecido, as autoridades da Paraíba ficaram assombradas, pois não tinham noção da gravidade da Revolta. Ficando totalmente fora de controle quando, rapidamente, o movimento começou a se espalhar pelas cidades onde aconteciam as maiores feiras, como: Fagundes, Ingá, Areia, Umbuzeiro, Cuité, entre outras.

O Brasil detinha um sistema tributário com altas taxas de impostos, semelhante a de países ricos. Dentre esses impostos, havia os que recaía sobre os feirantes, pela utilização do espaço para pôr suas mercadorias, o “imposto do chão”. Além disso, ainda havia outras taxações, sobre o uso do novo sistema de pesos e medidas.

Tais valores eram recolhidos por fiscais escoltados sempre pela polícia. Alguns feirantes, afim de não efetuarem o pagamento do *Imposto do Chão*, começaram a utilizar estratégias para não serem cobrados desses impostos, como, por exemplo, utilizar *balaios*, grandes cestos de palha, para colocar seus produtos dentro, escondendo dos fiscais e, assim, os despistando. Mesmo parecendo a solução dos “problemas”, nem sempre havia êxito nessa alternativa, causando tumulto e conflitos entre comerciantes e fiscais.

De acordo com Araújo (2004, p. 32), “as feiras eram onde, geralmente, as revoltas se iniciavam, por ocasião da cobrança de impostos municipais; entre eles, o já referido “imposto de chão”, que irritava tanto os feirantes, pois tal tributação diminuía a pequena lucratividade desses trabalhadores.”

Conforme Souto Maior (1978, p. 56), “ato depredatório de quebrar as medidas do novo sistema de pesos e medidas nas feiras adquiriu pouco a pouco, entre os quebra-quilos, uma ritualidade que os identificava perante as vilas e cidades nordestinas,” acontecendo de maneira simultânea em várias cidades. De maneira síncrona e igual, os revoltosos atuavam sempre quebrando balanças, ateando pesos em açudes, bem como atacando os cartórios e as câmaras municipais, ateando fogo em muitos documentos. Desta forma, se contrapondo à nova Lei do Recrutamento Militar.

Essa Lei, segundo Souto Maior (1978, p. 183-184), foi decorrente de ações de revoltas populares, “houvera intensa movimentação de tropas no País, por causa dos problemas ligados aos quebra-quilos. A continuidade da repressão tinha agora uma nova justificativa: a revolta contra o alistamento.”

O Recrutamento Militar passou a seguir o formato utilizado na Europa, onde o recrutamento passa a ser realizado através de sorteio universal e não mais forçado. Esse novo modelo de recrutamento inclui homens livres e libertos com idades de 19 a 30 anos.

Conforme Souto Maior (1987, p. 181) afirma, “a nobreza da terra, entretanto, não se preocupou com a nova Lei de recrutamento de que tanto se falava. Sabia, por experiência histórica, que estaria isenta desse imposto de sangue, pois a tradição era de que somente vadios é que serviam às armas, como soldados.”

Diante disso, estariam livres do recrutamento:

Declarava isento aquele que "pagar a contribuição pecuniária que for marcada em lei". Estariam também a salvo os graduados e estudantes, quem apresentasse substituto idôneo, quem fosse proprietário, administrador ou feitor de fazenda com mais de dez trabalhadores ou caixeiro de casa de comércio, "que tiver ou se presumir que tem de capital 10.000\$000 ou mais" (MAIOR, 1987, p.182).

Nas feiras, local onde já se cobrava impostos e taxas já mencionados, servia também para os recrutadores alistar, sem escolha, homens comuns que estavam ali. Tornando a nova Lei como mais um pressuposto da revolta do Quebra-Quilos. De acordo com Monteiro (1981, p. 74), “posteriormente, em 1852, estabeleceu-se que por cada pessoa recrutada o arregimentador receberia uma quantia em dinheiro, fazendo com que o alistamento virasse um verdadeiro negócio.”

Diante de todo esse cenário que a nova Lei trouxe, os recrutadores utilizaram dos poderes que lhes foram concedidos não apenas para fins econômicos, mas também políticos, perseguindo os que fossem oposto ao governo, principalmente, os que não dispensavam legalmente o serviço militar.

Mesmo antes da nova Lei de Recrutamento, o alistamento militar sempre foi repudiado pelo povo, pois era do conhecimento de todos as duras punições, proibição dos recrutas realizar seus afazeres familiar para servirem. O “imposto de sangue” foi como ficou conhecido.

Conforme Araújo (2004, p. 40), “foi determinado também a criação de juntas militares que deveriam ser formadas por um juiz, um delegado, e um padre; ficando instruído que os trabalhos seriam efetivados nas igrejas de cada região.” Com isso, muitos dos conflitos aconteceram nas igrejas ou em sua volta e não somente nas feiras livres, com os revoltosos rasgando os editais postos nas igrejas.



A movimentação contra o recrutamento tinha agora um novo alvo, os quebra-quilos começaram a destruir as listas de recrutamento militar por onde passaram. “Em Panelas, editais que haviam sido afixados na coletoria foram manchados com sangue por grupos de pessoas que, sendo analfabetas, os confundiram com listas de recrutamento; simbólica e violentamente, externaram assim o seu protesto.” Maior (1987, p. 184-185)

Tendo um número maior da participação das mulheres, onde suas condutas eram sempre as mesmas, rasgar as listas com os nomes dos sorteados. Essa maior participação se deu devido medo essas mulheres de perderem seus pais, maridos, filhos.

Esse cenário se repetiu por outros estados onde a resistência ao Recrutamento Militar se sobressaiu sobre o novo sistema métrico, como Ceará e Rio Grande do Norte. Esses movimentos contra o alistamento não se limitaram apenas ao Nordeste, mas, de maneira mais tímida, em São Paulo e Minas Gerais.

No Ceará, segundo Maior (1987, p. 188), “repetem-se os episódios da Paraíba, talvez com menor gravidade, porém com curiosa e particular característica: são as mulheres que se opõem violentamente ao recrutamento.”

Em dezembro de 1851, na província de Pernambuco, acontecia as primeiras manifestações contra os decretos 797, o “Censo Geral do Império” e 798, “Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos”, revolta social que ficou conhecida como “Ronco da Abelha”.

De acordo com SÁ (2009), a intenção do império com o recenseamento era:

O “Censo”, acreditamos, seria muito importante, para que o governo imperial pudesse dimensionar o contingente populacional e localizar a mão de obra como forma de tentar resolver a questão do trabalho, considerando a extinção do tráfico negreiro, ocorrido um ano antes e que tomava irreversível o fim da escravidão. Era importante observar a realidade de cada região, para, assim, definir uma política que assegurasse trabalhadores para a lavoura, considerando suas especificidades. (SÁ, 2009, P. 82).

Já “o ‘Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos’ da população, com base na cor da pele, seriam feitos pelo escrivão dos Juizes de Paz dos Distritos”, segundo Sá (2009), mudança essa que trouxe ainda mais desconfiança para os homens livres, o medo de voltar a situação de escravo.

Onde em contraste com tais decretos, houve bastante desconfiança e conflitos, a contar da mudança dos ofícios com os registros que passam a ser feitos pelo escrivão e não mais pelo Padre, em quem o povo tinha confiança. E ainda, tendo que declarar sua cor de pele, trazendo-lhes medo em voltar a condição de escravos.

Diante de todas essas conjecturas envolvidas na Revolta de Quebra-Quilos, a questão da escravidão volta a ser discutida pela Assembleia Geral, e Leis são criadas. Uma delas foi a Lei do Ventre Livre (1871) que além de, “criava a possibilidade de o escravo comprar sua própria liberdade e proibia a revogação da alforria concedida, caso o ex-proprietário alegasse ingratidão”. Sá (2009, p. 50). Mas também tornava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir da publicação da Lei. Como os pais continuariam escravos, a missão de cuidar de seus filhos ficou para os seus senhores até os 8 anos de idade.

O entendimento dessas novas Leis foi motivo de contestação e conflitos por parte dos escravos, onde segundo Lima (2006) pois os escravos tinham um “mau costume” de as interpretarem a sua maneira.

Na Paraíba, assim como em todo Brasil o número de escravos livres aumentou, diante das novas Leis, sua liberdade poderia ser paga com o próprio trabalho. Gerando vários conflitos com seus senhores, pois estes estavam ficando sem sua mão de obra na agricultura.

Um dos conflitos de mais destaque entre escravos e seus senhores na Paraíba, foi o ocorrido no engenho Timbaúba, em que Bento Gomes Pereira Luna, Presidente da Câmara Municipal, se encontrava exilado após vários confrontos na cidade de Campina Grande.

Maior (1978) relata o caso da seguinte forma:

Fora o negro Manuel do Carmo que dera o grito de revolta, e mais de trezentos escravos o seguiram à casa-grande do engenho Timbaúba, onde se encontrava o Presidente do Conselho, Bento Gomes Pereira. Dizem-lhes que querem "o livro da emancipação onde estavam pintados os escravinhos novos", e recebem como suposto atendimento um livro qualquer. Sem saber ler, estavam sendo facilmente enganados. Julgando-se livres, levaram à força, para Campina Grande, todas as pessoas que se encontravam no engenho Timbaúba. (MAIOR, 1978, p. 202).

Chegando em Campina foram atrás de algum representante da igreja, quem realizava um relevante papel no intermédio em casos como esse, na Igreja Matriz de Campina Grande buscaram pelo Vigário Calixto da Nóbrega, em busca dos ditos “papeis da liberdade”.

Ainda em consonância com Maior (1978), “declarou-lhes o vigário que não existia livro contra sua liberdade” e que “a liberdade não lhes poderia ser dada por aquelas pessoas” Após os escravos entenderem que foram enganados, continuaram crescendo com vários aderentes uniram-se a eles. Temendo o que poderia vir depois da aliança dos fazendeiros contra eles, os escravos fugiram em grupos para o sertão.

Vários rumores de uma possível cumplicidade da Igreja com os revoltosos chegou aos ouvidos do governo. O governo acusava o Padre Calixto de ser contra a maçonaria, organização a qual Dom Pedro II e vários outros membros do governo eram adeptos, e por liderar os Quebra-Quilos.

Além do Vigário Calixto outro membro da igreja que também foi acusado de estar contra o Governo e de liderar os Quebra-Quilos foi o Padre Ibiapina.

O professor de primeiras letras, Graciliano Frontino Lordão, acusa diretamente o vigário Calixto da Nóbrega e Ibiapina, dizendo que o povo ficara fanatizado com a atuação de ambos, a ponto de não querer comprar ou vender a pessoas ligadas à maçonaria, assinalando também que, no distrito de Fagundes, negara-se ao pagamento de impostos, sob o pretexto de ser maçom o governo. (SOUTO MAIOR, 1978, p. 46).

Após o acontecido na Igreja Matriz de Campina Grande, onde o Vigário Calixto expulsou do templo o Tenente Bento Gomes Pereira e outros integrantes da loja maçônica “Segredo e Lealdade”. Maior (1978) relata o ocorrido, acometido de santa ira, expulsou da igreja matriz, no dia 20 de julho de 1874, aos gritos de "ímpios, cães estradeiros e excomungados"

Nesse mesmo período o Papa Pio IX decretou a Bula Syllabus, que determinava que todos os maçons fossem mal vistos e perseguidos pela Igreja. Mas, graça a Constituição de 1824 cabia ao Imperador analisar decretos como esse que chegassem ao Brasil que o negou.

### **2.3 A Repressão**

Para pôr fim na desordem causada pelos Quebra-Quilos o Governo encaminhou para a Paraíba tropas das forças armadas, onde o coronel Severiano da Fonseca ficou responsável por Campina Grande, e capitão Longuinho foi deslocado para Areia. Mesmo com a Paraíba já acalmada a repressão foi excessiva.

Pior e mais violenta do que a atuação dos quebra-quilos foi a repressão das forças comandadas pelo capitão Longuinho, hoje tristemente famoso pelos "coletes de couro", tortura que aplicou aos que lhe foram apontados ou denunciados como quebra-quilos. Amarrados os prisioneiros, eram, em seguida, metidos em grosseiros coletes de couro cru; ao ser molhado, o couro encolhia-se, comprimindo o tórax das vítimas, quase asfixiando-as. (MAIOR, 1978, p. 33)

A selvageria com que os repressores do Quebra-Quilos tiveram com a população foi assustadora. Mulheres violentadas, população surrada, aprisionada, acouletada. Sá (2006) relata, “A violência, que não foi praticada pelos revoltosos, ocorreu de forma acintosa durante o processo de repressão, a ponto de o Coronel Severiano enviar um ofício circular,

determinando que os roubos fossem evitados pelos soldados e que a repressão se desse de forma mais comedida”.

Souto Maior (1978) destaca o depoimento de um Deputado opositor, casas violadas a qualquer hora. Mães, irmãs seguiam para a capital seus filhos, pais e protetores. Sem poderem fazer nada, já que as autoridades se mostravam indiferente a seus clamores. Em 20 de dezembro daquele ano, as tropas enviadas não mais encontraram resistência, tinham cessado todos os conflitos e iniciados os processos de apuração da Revolta.

## CAPÍTULO 3

### Busca por uma padronização e de sistemas de medidas

Nesse capítulo, iremos fazer um resgate de uma parte da história da matemática, dando ênfase em como se deu a Padronização do Sistema Métrico Decimal no mundo e a relação do ser humano com as medidas.

A necessidade dos antigos povos de criarem métodos para realizarem medições surge a partir do momento em que eles começam a se desenvolver, ou seja, construindo casas e trabalhando na agricultura. Atualmente, em nossa sociedade, existem inúmeras ferramentas que possibilitam uma medição precisa, realidade bem distante de uma época passada. Dando ênfase nas medidas de comprimento, vale ressaltar que esta, dependendo do local, diversificavam-se, porém, se assemelhavam sempre em um aspecto interessante: membros do corpo humano, como o braço, o palmo, o polegar e pé. Esses elementos eram o que embasavam as unidades de medidas.

No Nordeste, além do corpo humano como base para medir, tinha uma diversidade maneiras de medidas, tais como: *côvado* (comprimento do antebraço, da ponta do dedo médio até o cotovelo), *Cuia* (casca do fruto da cuieira), *arroba* (medida que representa peso da carcaça do boi - equivale a aproximadamente 15kg), *alqueire* (cesta).

Além das mais variadas maneiras de medição que variava de lugar para lugar, expressões como: baixa da égua e fim do mundo, eram ditados utilizados pelos nordestinos, para expressar distâncias. Essas e outras expressões populares usadas para expressar medidas e distâncias só deixaram de ser utilizadas após a adoção do Sistema Métrico Decimal pelos países que o aderiram.

A necessidade de uma Padronização das Unidades de Medidas se tornou algo inevitável, muito por conta do crescimento das atividades comerciais entre as nações. Mesmo com algumas hostilidades durante o processo, como vimos o Quebra-Quilos aqui no Brasil, com as diferentes medidas que variava de lugar para lugar não iria permitir uma boa troca de informações.

Bem antes de toda expansão do capitalismo, existiram várias ensaios para regularização de sistemas de medidas. Silva (2004) ilustra alguns desses ensaios como os decretos de Felipe da Macedônia, Alexandre o Grande e as ações de Justiniano no Império Romano; a unificação imposta por Carlos Magno, entre várias tentativas de unificação em países da Europa, em maior número de tentativas de unificação, na França.

As relações comerciais foram de fato uma das principais razões para a introdução do Sistema de Medidas, a depender das relações, a tendência era que o país importador passasse a seguir o sistema de medidas do país exportador. Secreto (1967) esclarece que a Padronização do Sistema Métrico foi a resposta a uma queixa popular que pedia pela igualdade de todos perante a lei de medidas, onde era claro que a instalação do sistema métrico não ocorreu de maneira tranquila.

Como as leis, os pesos e as medidas devem ser iguais para todos. Como as leis, eles raramente são. Não que exista quilograma pobre e quilograma rico, ou que o metro varie de comprimento de acordo com a conveniência de quem mede. Mas é notório que certas coisas pesam mais e têm outra dimensão contra alguns do que contra outros (...) (VERÍSSIMO, 2008, p. 12).

Em toda sua história o Homem teve a necessidade em medir, no passado suas necessidades resumia-se apenas em medições de comprimento, peso(massa), volume, área e tempo. Com o progresso científico, tecnológico e, principalmente, com o surgimento das ciências físicas, tornando possível o estudo dos fenômenos da natureza. Onde se apresenta como sendo mais fator para a Padronização, conforme Rozenberg (2006):

Com o advento das ciências físicas ganhou, a partir de fins do século 17, conotações mais amplas. É que, em consequência dos trabalhos de Galileo, Newton, Hooke, Huyghens, Boyle, Stevin, e muitos outros expoentes da ciência que eles se seguiram, o número de grandezas a medir passou a se multiplicar rapidamente: velocidade, aceleração, intensidade de força, quantidade de movimento, pressão, temperatura, energia e, posteriormente, intensidade luminosa, luminância, capacidade elétrica, indutância, fluxo luminoso, aclaramento etc., surgiram como novas grandezas físicas cuja medição exigia a definição prévia de uma unidade para uma delas. (ROZENBERG, 2006, p. 17).

Mesmo com várias iniciativas por uma Padronização, com a aparição de novos estudos em diversos campos e com surgimento de novas demandas do homem, era essencial a criação de um sistema universal das unidades de medidas para o desenvolvimento dos povos.

É durante a revolução francesa no século XVIII, que a unificação do sistema de medidas ganha mais relevância. Conforme explica Rozenberg (2006), se fez necessário a adoção universal das unidades bem definidas, de um sistema internacional ou inter-regional de trocas de informações de natureza técnica e científica. Avanço significativo realizado com a criação do Sistema Métrico Decimal.

Para criação do Sistema Métrico Decimal, Mathews (2001) destaca que uma das primeiras decisões dos Estados Gerais foi orientar a Academia de Ciências de Paris para a criação de uma Comissão de Pesos e Medidas para recomendar a reforma das medidas

francesas. Sendo formada por alguns dos estudiosos da época: Lavoisier, Coulombe, Delambre, Lagrange e Laplace.

Em 1790, Charles Maurice Talleyrand, filósofo francês de destaque na época, propôs a comissão de pesos e medidas para a unidade de comprimento ser o pêndulo de segundos a 45° de latitude. No ano seguinte, a comissão não apenas recusou a medida do pêndulo como repensou na proposta do Padre Gabriel Mouton, de 150 anos atrás, que seria calculado utilizando o comprimento de um minuto geodésico da divisão decimal do arco.

Talleyrand foi de acordo com a versão de Mouton e usou de sua influência para que fosse aceita pela comissão. Após a aprovação pela Assembleia Nacional e um decreto do Rei Luiz XVI passou a proposta para Academia de Ciências de Paris encarregada para tal estudos.

Em seguida, a Academia designou uma comissão formada por Matemáticos, Físicos, Geômetras e mais outros estudiosos para criação do sistema padrão de medidas:

Decidiu que o sistema em questão deveria seguir a lei decimal e ter como unidade básica uma unidade de comprimento a ser definida como fração do comprimento do meridiano terrestre. Essa unidade que, por sugestão de Borda, recebeu o nome “metro” (do latim “metru”) foi então, definida como o “comprimento de um décimo de milionésimo do comprimento de um quarto do meridiano terrestre (medido entre um pólo e o equador terrestre). (ROZENBERG, 2006, p. 19)

Tais estudos feitos pelos engenheiros Delambre e Méchain, utilizando métodos de levantamento e de toesas (unidade de medida da época que media, aproximadamente, 2 metros hoje), proveio que a metade de um quarto do meridiano terrestre era de 5 130 740 toesas. De acordo com Rozenberg (2006), além da unidade de comprimento também foram definidas a unidade de massa passando a ser “quilograma”, a unidade de tempo como “segundo”, as unidades de área sendo “ares”, e as unidades de volume como sendo “ésteres”.

Com as unidades de medidas devidamente determinadas, coube a Laplace apresentar seus padrões, múltiplos e submúltiplos para o mundo, “o Sistema Métrico Decimal foi definitivamente adotado pela França sob o lema ‘Para Todos os Povos e Para Todos os Tempos’, inscrito numa medalha” Rozenberg (2006, p. 20).

Houve problemas com os padrões de aferições que seriam compartilhados com os países que adotassem o sistema francês, a barra que representava o metro sofreria modificação do comprimento exemplo com o desgaste de suas extremidades. Esses padrões ficaram conhecidos como “padrões dos arquivos”, pois foram arquivados pela França.

Para solucionar os problemas com os padrões, foi criado uma repartição responsável em garantir e estabelecer a unificação dos padrões e escalas das principais grandezas físicas, assim como comparar os protótipos internacionais aos nacionais.

A Revolução industrial teve boa contribuição para a rápida adoção do Sistema Métrico Decimal na Europa ocidental. E, em 1875, ocorreu a primeira *Conferência Diplomática do Metro* em Paris, na qual:

Participaram os representantes de vinte países inclusive o Brasil. Nesse conclave, além de definitivamente consagrado o Sistema Métrico Decimal com a assinatura da “Convenção Internacional do Metro”, foi criado o Bureau Internacional de Pesos e Medidas, a funcionar sob a fiscalização e direção de um órgão consultivo permanente, incumbido do trato dos assuntos de metrologia, a “Comissão Internacional de Pesos e Medidas (CIPM)”, cujas propostas deveriam ser — como de fato o são — submetidas à apreciação e decisão das futuras “Conferências Gerais de Pesos e Medidas (CGPM)” a se reunirem periodicamente, pelo menos uma vez a cada seis anos. (ROZENBERG, 2006, p. 21)



## CAPÍTULO 4

### Outras padronizações

Mesmo com o avanço tecnológico em todas as áreas e a modernização do comércio, ainda há muitos locais que fazem uso dos antigos métodos de medição. A exemplo dessa realidade, podemos mencionar países desenvolvidos como o Estados Unidos da América e o Reino Unido, que mesmo tendo o Sistema Métrico presente em diversas áreas, fazem o uso dos antigos métodos altamente comuns no cotidiano dos países (baseadas em milhas, polegadas ou pés, entre outras).

Diante disso, iremos apresentar uma mercearia localizada no interior paraibano, no sítio Barra de João Leite, zona rural da cidade de Aroeiras. Por muitos, conhecida como *Budega de Reginaldo* ou *Mercadinho Mariano*, no qual ainda se utiliza medidas não formais, talvez não aceita por outras localidades, mas que são bem aceitas pela comunidade. Com isso, mostrando que mesmo com a adesão ao Sistema Métrico Decimal, medidas que existiram durante séculos passados ainda permanecem presentes em dias atuais.

Sendo assim, iremos apresentar cada instrumento e métodos não Padronizados que são utilizados pelo comerciante, dono da mercearia e, assim, realizar comparações com o sistema padrão de pesos e medidas. Por mais que este homem tenha acesso ao meio tecnológico e ferramentas que estão de acordo com o Sistema métrico Decimal (balanças, fitas métricas), ainda prefere movimentar seu comércio fazendo uso de antigos métodos medição (concha, braça, mercadinho) de tal maneira que até os membros familiares adaptara-se a essa realidade e também optam por seguirem essa linha no manuseio das mercadorias.

Iremos iniciar mencionando uma das ferramentas mais utilizadas no comércio: concha. Essa ferramenta é utilizada para pesar grãos (milho, feijão e xerém de milho), existem de muitos tamanhos e materiais, no qual cada tamanho corresponde a um peso específico. A que o comerciante manuseia é produzida por material galvanizado e é de tamanho médio, no qual cada concha cheia equivale a 1kg exato.

As medições com a concha, algumas vezes, são questionadas por clientes sobre sua veracidade mas, que ao tirar a dúvida na balança, imediatamente é comprovado a eficácia da medida da concha.

Na Figura 1, podemos observar três tipos de feijão que é vendido na mercearia e pesado com uma concha.

**Figura 1:** Concha e grãos de feijão



**Fonte:** Autoria própria.

Os grãos de milho são vendidos em sacos, cada saco possui o peso de 60kg. No dia a dia do comércio, além do saco completo, o comerciante também vende meio saco de grãos de milho. A balança que tem disponível no comércio pesa no máximo 15kg, então, para facilitar seu trabalho e evitar de utilizar a balança mais de uma para pesar apenas meio saco de grãos de milho, prefere fazer o uso da concha para fazer a medição.

**Figura 2:** Sacos de milho e xerém



**Fonte:** Autoria própria.

A seguir, iremos apresentar a *braça*, unidade de medida que tem como método de medição o próprio corpo humano. Medida que originou-se há séculos, mas que continua em

uso no Brasil, equivale à dimensão entre os dois punhos ou da extensão de uma mão aberta à outra, em um adulto com os braços estendidos horizontalmente para os lados.

O comerciante adquire as cordas em rolo, cada rolo possui 11kg. A revenda também acontece através do peso, onde os pesos mais procurados são os de 500g e 1kg. Para realizar essa medição, ele baseia – se na *braça*, na qual sete *braça* do comerciante equivale à 500g da corda e quatorze *braça* equivale à 1kg, dispensando, mais uma vez, o uso da balança. Por conta dessa procura maior em medições específicas e para facilitar seu dia a dia, o comerciante já divide o rolo de corda em pesos de 500g e 1kg para deixar exposto em seu comércio.

A seguir, na figura 3, podemos observar um registro do comerciante realizado durante o processo de medição da corda em *braça*, nos pesos de 500g e 1kg. Enquanto na figura 4, observamos os rolos expostos no comércio.

**Figura 3:** Braça



**Fonte:** Autoria própria.

**Figura 4:** Rolos de corda expostos no comércio



**Fonte:** Autoria própria.

Nesse momento, iremos apresentar o *mercadinho*, outra unidade de medida não padronizada que é utilizada frequentemente pelo comerciante. Talvez essa unidade de medida não formal seja pouco conhecida, mas, nessa comunidade, é comum entre os clientes do comércio, principalmente por aqueles com mais idade. O *mercadinho* pode ser utilizado para medir diversos produtos, mas seu uso comum se dá na medição de temperos, porém, o comerciante utiliza exclusivamente para medir *cominho*, já que este é o único tempero natural que tem disponível no estabelecimento.

Nessa realidade, o *mercadinho* se trata, simplesmente, de uma xícara pequena de café, que equivale 50g. Na imagem 5, podemos observar um *mercadinho* de *cominho*.

**Figura 5:** Mercadinho de Cominho



**Fonte:** Autoria própria.

Além dos métodos não formais já apresentado, o comerciante ainda faz uso de outro método não padronizado. Uma vez na semana, na sexta, o comerciante vende pão, não vende por peso, mas sim por unidade, dois pães por 1,00 R\$.

Diante do que foi exposto, podemos perceber a importância e influência que a parte histórica da matemática possui em nossa sociedade, mesmo sendo pouco discutida em sala de aula e em outros contextos, conforme aponta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Matemática.

A História da Matemática pode oferecer uma importante contribuição ao processo de ensino e aprendizagem dessa área do conhecimento. Ao revelar a Matemática como uma criação humana, ao mostrar necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, ao estabelecer comparações entre os conceitos e processos matemáticos do passado e do presente, o professor cria condições para que o aluno desenvolva atitudes e valores mais favoráveis diante desse conhecimento. (PCN DE MATEMÁTICA, 1998, p. 42).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de cunho político, social e cultural que ocorreu nos estados da Paraíba e Pernambuco e se alastrou para quase todo o Nordeste nos anos de 1874 e 1875, tendo início no povoado de Fagundes PB, denominou-se como A Revolta do Quebra-Quilos. Fato esse que ocorreu em oposição à modernidade que o Imperador Dom Pedro II queria impor ao Brasil, fundamentado no modelo cultural adotado na Europa.

Levando em consideração a parte histórica em questão, podemos perceber que a indignação dos comerciantes pela alta cobranças dos impostos foi o principal motivo para o movimento chamado de Revolta de Quebra-Quilos ter início. Sendo assim, é nítido que a história da Matemática possui relevância para nossa sociedade, já que suas contribuições refletem diariamente em diversas áreas, como exemplo o dono da mercearia.

Diante de todo esse contexto histórico e influencias na sociedade, nossa pesquisa se delimita numa mercearia localizada no interior paraibano, no sítio Barra de João Leite, zona rural da cidade de Aroeiras, na qual o seu proprietário faz uso de métodos não padronizados para medição de alguns produtos. A partir de experiências vivenciadas durante um período de observação do uso desses métodos, percebemos que esse uso, em pleno século XXI, é mais comum do que se possa imaginar.

Sendo assim, podemos perceber que mesmo após essa mudança de modernização do sistema de unidades, algumas pessoas preferem utilizar os antigos métodos, já que, em ocasiões específicas, tem um processo mais ágil e prático.

Por fim, ao realizar essa análise, percebemos que A Revolta do Quebra-Quilos não foi apenas uma revolta contra a adoção ao Sistema Métrico Francês, mas outras conjecturas a motivaram, tais como: Lei do Recrutamento Militar, o Imposto do Chão, a situação dos escravos, questão religiosa e o Censo Demográfico do Império. Com isso, concluimos que a parte histórica da Matemática além de ter grande importância no processo de ensino e aprendizagem, também tem papel relevante em outros contextos sociais, exemplo que podemos observar na realidade da mercearia em questão.

As discussões aqui realizadas, são apenas uma pequena parte dos fatos que construíram A Revolta de Quebra-Quilos, podendo, assim, ser realizado um estudo mais aprofundado acerca do que diz a História da Matemática sobre os seus acontecimentos, já que aqui apenas foi feito uma pesquisa introdutória a seu respeito. Uma das possibilidades de continuidade desse estudo é por meio da Etnomatemática, movimento da Educação Matemática que estuda as práticas culturais e populares.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Mairane P. M. de. **O movimento do Quebra-Quilos**. Natal, 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramamento susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande/ Luciano Mendonça de Lima**. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.
- MAIOR, Armando Souto. **Quebra-Quilos: lutas sociais no outono do Império**. São Paulo: Nacional, Brasília: INL, 1978.
- MATTHEWS, M. **Metodologia e Política em Ciência: o Destino da Proposta de Huygens de 1673 para a Adoção do Pêndulo de Segundos como um Padrão Internacional de Comprimento e Algumas Sugestões Educacionais**. Tradução: Cláudia Mesquita. **Caderno Catarinense do Ensino de Física**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 7-25, abr. 2001. Disponível em: <http://www.fsc.ufsc.br/ccf>. Acesso em 10 de março de 2022.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Crise agrária e luta de classes**. Brasília: Horizonte, 1981.
- ROZENBERG, Izrael Mordka. **O Sistema Internacional de Unidades - SI**. 3. ed., amp. São Paulo. Instituto Mauá de Tecnologia, 2006.
- SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1874-1876)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2009.
- SECRETO, Maria Verónica. (Des) medidos – **A Revolta do Quebra-Quilos (1874-1876)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
- SILVA, Irineu. **História dos pesos e medidas**. São Carlos: EdUFSCar, 2004.
- VERÍSSIMO, F. Pesos e Medidas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2008. 2. cad. D, p.12.